

Sarney: Voto distrital é questão de doutrina e faz parte do projeto político

22 DEZ 1982

BRÁSILIA (O GLOBO) — O Presidente do PDS, senador José Sarney, afirmou ontem que a adoção do voto distrital misto é ponto essencial da política governamental, embora os detalhes de execução possam ser negociados.

— O voto distrital faz parte do projeto político do presidente Figueiredo, para dar estabilidade ao Governo. É uma coisa pensada, não é um gesto político, é um gesto doutrinário — disse.

Sarney justificou a adoção do distrital como forma de tentar garantir a estabilidade política, argumentando que "todas as grandes democracias ocidentais utilizam o sistema".

O Presidente do PDS apoiou a troca de idéias sobre a implementação do voto distrital com outros partidos, proposta pelo ministro Ibrahim Abi-Ackel.

— A elaboração de um projeto tão importante, que modifica o sistema eleitoral, só pode ser colocado com entendimento entre todos os partidos, até mesmo para que possamos chegar a um projeto final que tenha o apoio de todos — disse.

AVLIAÇÃO E PLANO

Sarney confirmou a realização de uma reunião do Diretório Nacional do PDS em

janeiro, para avaliar os resultados eleitorais e traçar um plano de ação para 1983.

Ele disse que não há necessidade de um relatório formal sobre os resultados obtidos pelo partido nas eleições, mas não quis confirmar a existência de documento sobre o assunto que teria sido elaborado pela cúpula partidária.

O presidente do Senado, Jarbas Passarinho, considera naturais as reações contrárias à adoção do voto distrital entre os políticos, porque "toda coisa nova causa impacto", mas observou que a opinião manifestada em favor do sistema pelo ministro Leitão de Abreu "é definitiva".

Passarinho disse que a fórmula mista, em que subsiste o voto proporcional, deverá contribuir para afastar as resistências ao distrital. Ele não concordou com a opinião do ministro Abi-Ackel de que haverá volta ao bipartidarismo, e observou que são pluripartidários os sistemas de vários países que há muito adotam o distrital.

Passarinho, que não se reelegeu, disse que definirá sua nova atividade a partir do dia 31 de janeiro, quando se encerra seu mandato. Informou já ter recebido cinco convites para ser executivo de empresas do setor privado, e comentou que preferiria optar por empresa nacional.

— Como político e líder do Governo — disse — defendi que as multinacionais não são necessariamente um mal, mas que deveria haver um estatuto para o capital estrangeiro no País. Por isso, ficaria pouco à vontade para aceitar um convite.